

INTELECTUALMENTE

“IMPUROS E MACULADOS”: REFLEXÕES
SOBRE A FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
BIOLÓGICA NO DIÁLOGO COM OUTROS
CAMPOS DA ANTROPOLOGIA

INTELECTUALMENTE
“IMPUROS E MACULADOS”: REFLEXÕES
SOBRE A FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
BIOLÓGICA NO DIÁLOGO COM OUTROS
CAMPOS DA ANTROPOLOGIA

RICARDO VENTURA SANTOS

MUSEU NACIONAL/UFRJ E FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, RIO DE JANEIRO,
BRASIL

INTELLECTUALMENTE "IMPUREOS E MACULADOS": REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA NO DIÁLOGO COM OUTROS CAMPOS DA ANTROPOLOGIA

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir de aula magna proferida por ocasião da abertura do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFPA em 19 de agosto de 2010. Nesse texto o autor faz uma reflexão sobre a profundidade temporal da antropologia física/biológica no Brasil, inicialmente tecendo considerações sobre sua própria trajetória como pesquisador e professor e em um segundo momento examinando o desenvolvimento histórico da disciplina no Brasil. Argumenta que um foco na história pode enriquecer o diálogo entre a antropologia biológica e os demais campos da antropologia, em particular a antropologia social, com repercussões importantes no processo de formação de estudantes de pós-graduação. Uma perspectiva histórica pode ajudar a antropologia biológica a melhor compreender os desafios da prática contemporânea da disciplina.

Palavras-chave: antropologia física, antropologia biológica, história da ciência.

INTELLECTUALLY "IMPURE AND TAINTED": REFLECTIONS ON TRAINING IN BIOLOGICAL ANTHROPOLOGY IN DIALOGUE WITH OTHER FIELDS OF ANTHROPOLOGY

Abstract

This article is a revised lecture delivered at the opening of the Graduate Program in Anthropology - PPGA / UFPA on August 19, 2010. In this text, the author reflects on the time depth of physical/ biological anthropology in Brazil, initially considering his own career as a researcher and professor, and later examining the historical development of the discipline in Brazil. He argues that a focus on history can facilitate the dialogue between the biological anthropology and other fields of anthropology, social anthropology in particular, with important implications in the process of graduate students' training. A historical perspective can also help biological anthropology to better understand the challenges of the contemporary practice of the discipline.

Keywords: physical anthropology, biological anthropology, history of science.

INTELECTUALMENTE "IMPUROS Y CONTAMINADOS": REFLEXIONES SOBRE LA FORMACIÓN EN ANTROPOLOGÍA BIOLÓGICA EN EL DIÁLOGO CON OTROS CAMPOS DE LA ANTROPOLOGÍA

Resúmen

Artículo elaborado a partir de una conferencias pronunciada en la inauguración del Programa de Postgrado en Antropología - PPGA / UFPA en el 19 de agosto de 2010. En este texto el autor reflexiona sobre la profundidad temporal de la antropología física / biológica en Brasil, inicialmente con las consideraciones acerca de su propia carrera como investigador y docente, y en una segunda fase, el examen de la evolución histórica de la disciplina en Brasil. Él argumenta que el enfoque en la historia puede enriquecer el diálogo entre la antropología biológica y otros campos de la antropología, la antropología social, en particular, con importantes implicaciones en el proceso de formación de estudiantes de posgrado. Una perspectiva histórica puede ayudar a la antropología biológica a comprender mejor los desafíos de la práctica contemporánea de la disciplina.

Palabras-clave: antropología física, antropología biológica, historia de la ciencia.

RETRATO DO BIOANTROPÓLOGO QUANDO JOVEM...

Eu gostaria de iniciar ressaltando que é uma enorme honra ter sido convidado para dar uma das aulas de abertura do recém-criado Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Em particular, por ser uma aula em um programa de antropologia com contornos inéditos no país, já que envolve áreas como antropologia social, arqueologia e antropologia biológica. Por ocasião do convite, as professoras Jane Beltrão e Denise Schaan me pediram um título. Um primeiro ponto sobre o qual quero falar é quanto a esse título¹. Mas, preciso antes dar algumas breves informações biográficas que considero importantes para contextualizar esta exposição.

Cursei a graduação em ciências biológicas na Universidade de Brasília entre 1983 e 1987. Logo a seguir iniciei uma pós-graduação em antropologia nos Estados Unidos. Concluí o doutorado na Indiana University, com foco em antropologia biológica, em 1991. Retornei de Bloomington para o Brasil no ano seguinte, quando assumi uma bolsa de pesquisador visitante na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. No que foi uma excelente coincidência para mim, alguns meses após foi aberta uma vaga de professor adjunto para o Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (SABMN), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Havia anos que não se contratava um bioantropólogo para o SABMN. Era

um momento difícil para o SABMN, já que a Professora Marília de Mello e Alvim havia se aposentado, de modo que não havia docentes no setor, o que comprometia inclusive as atividades de curadoria das extensas coleções.

A propósito, a maneira como soube do concurso foi bastante inusitada. Recém-chegado ao Rio, praticamente não conhecia a comunidade antropológica brasileira, já que havia estudado fora do país. Em um final de tarde, voltando para casa, desci em uma parada de ônibus que ficava na frente a uma banca de jornal e, no que foi outra coincidência, me deparei com uma *Folha Dirigida*, um jornal de divulgação de concursos, cuja capa indicava a abertura de vagas para professor na UFRJ. Por curiosidade, comprei o jornal e qual não foi minha surpresa quando na lista vi a vaga para antropologia biológica no Museu Nacional. Ou seja, meu primeiro emprego na vida teve como ponto de partida um anúncio em jornal².

Até hoje me recordo bem do momento da posse. Assumindo cargos de professores titulares no Departamento de Antropologia na Reitoria, lá estavam Gilberto Velho e Otávio Velho. Tendo cursado biologia e, a seguir, estudado antropologia no exterior, eu era um completo neófito em relação à antropologia brasileira. Isso a ponto de, naquele momento de posse, ter perguntado qual deles era Gilberto e qual era Otávio!

Concretamente, a partir da entrada no Museu Nacional, não foi difícil estabelecer canais de conversação com os antropólogos sociais no Brasil. De certo modo, já no período de graduação em

biologia, questões de ordem histórica, sócio-cultural e política faziam parte de meus horizontes de interesse. Enquanto graduando em Brasília, na década de 1980, estive envolvido com pesquisas sobre saúde e antropologia biológica de povos indígenas amazônicos, em particular sociedades Tupí-Mondé da Amazônia Ocidental (Mato Grosso e Rondônia). Como aluno de iniciação científica, tive a oportunidade de fazer uma primeira viagem a Rondônia, em julho de 1983, como auxiliar de pesquisa de Carlos Coimbra Jr., que na época trabalhava no Núcleo de Medicina Tropical da Universidade de Brasília. Os projetos de colonização em Rondônia estavam a todo vapor na ocasião, com uma intensa migração e enormes conflitos envolvendo os povos indígenas, especialmente devido a questões fundiárias. Viajar para Rondônia era presenciar, em primeira mão, mais um capítulo do processo de expansão das frentes demográficas e econômicas em direção ao oeste do país, com todas as suas consequências. Exposto a tal situação, naturalmente me interessei em ler sobre a história de ocupação da região e sobre a etnologia dos povos indígenas. Nessa época conheci livros como "Rondônia" de Edgard Roquette-Pinto, "Tristes Trópicos", de Claude Lévi-Strauss, "Vítimas do Milagre", de Shelton Davis, e "Os Índios do Brasil" de Júlio Cesar Mellati. Durante a graduação na UnB viajei para Rondônia inúmeras vezes para trabalho de campo, chegando a trancar a universidade por um semestre, quando morei em Rondônia. Estava tão enfronhado em pesquisas na região que, para minha tese de doutorado na Indiana

University, optei por dar continuidade às pesquisas com os Tupí-Mondé, com foco nos efeitos do contato e da interação com a sociedade nacional a partir dos anos 1960 sobre aspectos bioantropológicos e epidemiológicos (ver Santos & Coimbra Jr. 1998).

Se o interesse em compreender dinâmicas contemporâneas a partir de uma contextualização histórica e sócio-econômica já estava presente,³ o ingresso como docente no Museu Nacional descortinou para mim uma profundidade histórica da antropologia física/biológica⁴ que meu treinamento prévio e meu foco de pesquisa, centrado em dinâmicas da segunda metade do século XX, sequer haviam tangenciado. Talvez não seja exagero afirmar que a vinda para o Rio de Janeiro e a entrada no Museu Nacional tenham sido verdadeiros choques de temporalidade. De um momento para outro, agora como responsável pelo SABMN, tive que desenvolver atividades de curadoria e circular em corredores, abrindo gavetas e tendo contato com peças do acervo que, não raro, datavam do século XIX e do início do XX. As surpresas eram de diversas ordens. Destrancava um armário e lá estavam instrumentos que haviam sido utilizados por Roquette-Pinto em sua viagem para a Serra do Norte em 1912, descrita no livro "Rondonia", que havia lido poucos anos antes enquanto estudante. Ou folheava pastas em gaveteiros antigos e lá estavam documentos de trabalhos de gerações de antropólogos físicos que trabalharam no Museu Nacional desde o século XIX (ver Santos

& Mello Silva 2006). Outras surpresas eram de natureza quase íntima, relacionada à minha trajetória pessoal. Tendo morado a maior parte de minha vida em Brasília, uma cidade tão nova, me causava estranheza subir escadas no Museu Nacional e ver degraus gastos pelo pisar de pessoas ao longo dos séculos. Isso não existia em Brasília, que quando lá vivi tinha pouco mais que duas décadas de existência. Lá o tempo, através dos passos das pessoas, ainda não havia se imiscuído de forma tão palpável nas estruturas físicas.

Esses choques de temporalidade ainda me invadem nos dias de hoje. Cada vez que entro no Museu Nacional me vem à mente a sensação de que a passagem do tempo está presente em cada centímetro do prédio, o qual data do século XVIII. Mas me parece particularmente emblemática uma peça que, curiosamente, não faz parte do acervo da instituição. Estou me referindo à fonte existente no pátio central. Recentemente, procurei saber mais sobre essa fonte junto aos especialistas na história do prédio, e eles me disseram não saber com precisão de quando é. Feita de mármore de carrara sobre uma estrutura de ferro, deve ter sido construída em meados do século XIX. Sempre que passo pelo pátio central meus olhos são atraídos por essa fonte cuja beleza, para mim, está em sua contínua transformação. Isso porque, com a passagem da água, ao longo das décadas, o mármore foi se desgastando, de modo que em muitas partes já se vê a estrutura de ferro subjacente. A impressão é que o transcorrer dos anos, das

décadas e dos séculos está materializado nas fendas do mármore e na corrosão do ferro. Tal como nos degraus gastos das escadas, a passagem do tempo, tão abstrata, é muito palpável nessa fonte, que continuamente se transforma.

Já se vão muitos anos que rumino a idéia de que essa fonte, além de uma poderosa alegoria da passagem do tempo, pode ser vista como emblemática quanto às transformações pelas quais passou a antropologia ao longo de sua história. Curiosamente, a fonte tem aproximadamente a mesma idade da antropologia, disciplina que se institucionalizou em meados do século XIX. Tal como a fonte, também ao longo do tempo a antropologia se transformou. Especificamente, no que diz respeito à minha área de interesse principal, a antropologia biológica de um século atrás não era a mesma do final do século XX e do início do XXI, quando ingressei no Museu Nacional. É como se a intimidade entre a água, o mármore e o ferro evocassem as interações entre ciência, história e sociedade nas salas e nos laboratórios de antropologia do entorno do pátio central do Museu.

FOCANDO O ARGUMENTO

Mas voltemos ao título desta palestra. O que gostaria de argumentar é que um foco na história pode ser uma possibilidade de efetivo diálogo entre a antropologia biológica e os demais campos da antropologia, em particular a antropologia social, com repercussões importantes no processo de formação de estudantes de pós-graduação.⁵ Ainda que haja alguns bioantropólogos in-

teressados no tema, muito do que tem sido escrito sobre história da antropologia física/ biológica no Brasil e no exterior vem de reflexões feitas por antropólogos sociais ou historiadores da ciência.⁶ A antropologia social e os historiadores da ciência se interessam pela história da antropologia física/ biológica pois a questão da natureza/ cultura é fundante e estruturante na história do pensamento antropológico.

Como argumentamos em outro trabalho (Lindee & Santos 2012), a moderna antropologia biológica, que em larga medida muito se aproxima das ciências naturais, não enfatiza aspectos da história da disciplina no processo de formação de seus futuros quadros. Ou seja, os alunos da área da antropologia biológica não realizam ao longo de seu treinamento uma leitura sistemática de seus clássicos, tal como ocorre no caso do processo de formação dos futuros antropólogos sociais, que nos cursos de teoria antropológica em geral travam contato com obras do século XIX e do início do XX. Não raro, os clássicos que os bioantropólogos em formação lêem datam, quando muito, das décadas de 1960 e 1970. Ou seja, os clássicos da antropologia biológica tendem a se localizar temporalmente muito próximos do presente. Com isso, há toda uma história da antropologia física/ biológica, que remonta ao final do século XIX e a primeira metade do XX, com a qual os bioantropólogos em formação não travam qualquer contato ao longo de seu treinamento.

Mas qual é a relevância para a antropologia biológica de um maior mergulho

em sua própria história? Talvez não diretamente do ponto de vista teórico e metodológico, mas não tenho dúvidas de que pode ser muito importante para melhor balizar e guiar a compreensão sobre os desafios (e, porque não dizer, as angústias) relacionados a práticas contemporâneas da disciplina. Por exemplo, muitas das questões associadas ao ato de colecionar na antropologia biológica moderna têm importante continuidade histórica com processos de longa duração. Coleções são, por excelência, centrais para a prática da antropologia física/ biológica. Nos modernos estudos de diversidade biológica humana, área central para a bioantropologia, os equivalentes modernos dos crânios e gavetas dos museus de história natural do passado são amostras de saliva e/ou sangue guardadas em tubos armazenados em freezers em laboratórios de genética. Mudaram os materiais, assim como os locais e as temperaturas sob as quais são armazenados, mas o colecionismo atual em antropologia biológica faz parte de uma longa tradição da disciplina.

Um dos aspectos inerentes às coleções científicas é que elas "viajam" e tem fluxos que são historicamente situados. Na história dos museus de história natural, cuja trajetória está intimamente associada ao colonialismo, durante muito tempo os fluxos principais (senão os únicos) foram do campo para as reservas técnicas. Mas agora há setas em duas direções, não mais somente do campo para os repositórios de coleções, como também desses para o campo. Assiste-se hoje, em diversos países do mundo, uma intensa dinâmica

de repatriação de coleções de remanescentes arqueológicos, incluindo ossos humanos, muitos dos quais coletados no final do século XIX e no começo do XX (ver Rose et al. 1996; Kakaliouras 2008). São processos que emergem a partir de novas relações que se estabelecem entre os sujeitos das pesquisas e os pesquisadores ou, em uma escala mais ampla, entre as minorias étnicas, em particular as indígenas, e os Estados nacionais. Nos dias de hoje, também bioantropólogos e geneticistas que trabalham com diversidade biológica humana por vezes enfrentam grandes desafios em coletar amostras para suas pesquisas (ver, entre outros, Santos 2002, 2006). Não tenho dúvida de que compreender a história da disciplina pode ajudar a iluminar os desafios de suas práticas correntes, incluindo a formação de coleções bioantropológicas.

Mas há diversos outros motivos que poderiam ser mencionados quanto à relevância de um embasamento histórico no processo de treinamento das novas gerações de bioantropólogos. Não tenho espaço aqui para desenvolver em profundidade essas razões, mas há um em particular que gostaria de enfatizar. Esse ponto diz respeito à inserção da ciência antropológica no projeto de construção da identidade nacional brasileira desde o século XIX. Diversos trabalhos já foram publicados indicando como a antropologia esteve envolvida no chamado processo de “*nation building*” (“construção da nação”).⁷ Gostaria de argumentar que as pesquisas em antropologia física/biológica no Brasil estiveram e continuam a estar profundamente envolvidas na

dinâmica de construção da identidade nacional brasileira. Uma perspectiva histórica é muito importante para situar e entender a participação dos intelectuais cujas reflexões estiveram voltadas para a diversidade biológica nesses debates, tanto no passado quanto no presente. Esse reconhecimento ajuda a compreender como os conhecimentos produzidos nos laboratórios cruzam suas paredes e alcançam a sociedade, com as muitas reverberações e tensões que vem a reboque.

No restante desta apresentação abordarei três autores das áreas da antropologia física/ biológica e da genética e caracterizarei como entenderam (ou entendem) a questão da diversidade biológica da população brasileira no que diz respeito ao (então) presente e futuro social e político do país. Cobrindo contextos do final do século XIX e do início do XX, da década de 1920 e dos anos 2000, o intuito é mostrar que a questão da mestiçagem foi e continua sendo um tema central para os especialistas em diversidade biológica humana. Mais do que isso, ao discutirem esses temas, os intelectuais os quais abordarei, estavam, ou estão, pensando os rumos do Brasil enquanto nação. Por um lado, no período coberto, aconteceram profundas transformações teóricas (desde uma antropologia física racialista e tipológica até um evolucionismo pós-síntese darwiniana) e metodológicas (desde a ênfase nos crânios até o DNA), de modo que a atual antropologia biológica é uma disciplina radicalmente diferente daquela praticada em períodos anteriores. Contudo, o fio

condutor do interesse pela questão da mestiçagem do povo brasileiro, em suas múltiplas nuances, persistiu.

UM PRIMEIRO CENÁRIO

O personagem do primeiro cenário é João Baptista de Lacerda. Do ponto de vista geográfico e temporal, estamos no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, no final do século XIX/ início do XX.⁸

A antropologia física no Museu Nacional teve início na década de 1870. Estava à frente dela o médico e antropólogo Lacerda. Logo no primeiro volume dos *Archivos do Museu Nacional* Lacerda publicou trabalhos em craniologia e morfologia dentária, com o título geral “Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil”. Essas investigações eram, do ponto de vista teórico e metodológico, alinhadas com a antropologia física francesa, em especial através de Paul Broca. Utilizando o instrumental de mensuração e caracterização do corpo desenvolvido na Europa, os trabalhos de antropologia física do Museu Nacional baseavam-se em detalhadas descrições da morfologia e medições de ossos que, em seu conjunto, tinham por objetivo construir “uma história do homem fóssil do Brasil”, conforme escreveu Lacerda em um artigo publicado nas *Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, em 1875. Questões consideradas pertinentes incluíam o número, as características e a antiguidade das “raças indígenas”, assim como se autóctones ou não do Novo Mundo.

A partir da análise de características físicas,

a antropologia física da segunda metade do século XIX julgava possível inferir sobre os atributos intelectuais e morais de indivíduos e coletividades (naquele momento histórico, as chamadas “raças humanas”). Em uma fase marcada pelas discussões sobre a mão de obra no Brasil devido ao fim da escravidão, Lacerda realizou, por ocasião da Exposição Antropológica de 1882, que aconteceu no Rio de Janeiro, análises que tinham por intuito verificar, utilizando instrumentos da época, quanto à capacidade de trabalhos dos indígenas. As análises de Lacerda levaram-no a proferir um veredicto pouco favorável aos índios quanto à sua posição na hierarquia das “raças” e ao seu potencial de vir a participar de maneira efetiva na nacionalidade. A perspectiva de Lacerda sobre os indígenas, na prática, gerou esquemas interpretativos alinhados com correntes científicas difundidas e prestigiosas de sua época, em particular as européias. Situando os índios nos níveis mais baixos da hierarquia das raças, ecoavam as teses de determinismo racial correntes na época e propaladas por influentes intelectuais, como Henry Buckle, Arthur de Gobineau ou Louis Agassiz, entre outros, autores que escreveram textos pouco lisonjeiros sobre a constituição racial do Brasil.

Como era comum na época, Lacerda trabalhou em diversas áreas. Além da antropologia, desenvolveu pesquisas sobre toxinas e doenças, tópicos que se tornaram o foco primário de suas investigações nas décadas de 1880 e 1890. Depois de um longo período sem publicar trabalhos de temática antropológica, absorvido em investiga-

ções em outras áreas e pelas atividades de diretor do Museu Nacional, cargo que exerceu por vinte anos (1895-1915), em 1911 Lacerda participou do Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres. Para lá foi como representante oficial do Brasil para apresentar a memória “*Sur les Métis au Brésil*” (“Sobre os mestiços do Brasil”). A tese do branqueamento, como ficou conhecido esse trabalho, argumentava que o Brasil era um país “racialmente viável” pelo fato de sua população estar no caminho de vir a se constituir em uma “raça branca”. Para tanto, havia de se superar certos “obstáculos”, como o destino dos índios, negros e mestiços, percebidos como inferiores. Contudo, para Lacerda, o país trilhava para o branqueamento porque os mestiços, além de não formarem uma “raça fixamente constituída”, tendiam a ter filhos com brancos. Aliado à dinâmica interna de transformação racial, Lacerda chamava atenção para o papel da imigração como fator de aceleração do processo de branqueamento, por meio de infusão de “sangue europeu/ariano”.

Como ressaltou a antropóloga Giralda Seyferth (1985), a tese do branqueamento pode ser interpretada como manifestação da preocupação de parte da elite republicana do início de século XX com a questão da mestiçagem e seu significado no contexto mais amplo da história do Brasil. Assim, pode-se dizer que *Sur les Métis au Brésil* é um exercício de conciliação entre a realidade (mestiça) da sociedade brasileira com teorias científicas que, de forma marcante, desqualificavam o mestiço, vendo-se no branqueamento a

solução para os problemas do país.

UM SEGUNDO CENÁRIO

O personagem agora é Edgard Roquette-Pinto. Continuamos no Museu Nacional, mas o momento passa a ser as décadas de 1910 e 1920.⁹

Tal como seu predecessor no Museu Nacional, Roquette-Pinto atuava nas áreas de medicina e antropologia. Esteve ligado ao Museu Nacional entre 1905 e 1935. Para ele, por meio da antropologia, era possível não somente refletir sobre os rumos do Brasil como nação, assim como atuar diretamente na busca de soluções para problemas nacionais concretos.

Roquette-Pinto também abordou questões relativas à temática indígena no início de sua carreira. Um de seus principais trabalhos é o já referido “Rondonia (Antropologia-Etnografia)”, livro originalmente publicado em 1917, que resultou de sua participação em uma das expedições da chamada Comissão Rondon pelos chapadões de Mato Grosso, em 1912.¹⁰ Através dessa viagem, Roquette-Pinto teve um contato direto com o campo, com os “sertões”. Essa experiência de viagem e interação com populações localizadas no interior no país viria a influenciar sobremaneira sua antropologia.

A partir da década de 1920, Roquette-Pinto passou a desenvolver pesquisas sobre os “tipos” constituintes do povo brasileiro. Nessa fase o trabalho mais relevante é, sem dúvida, “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil”.

Foi uma investigação em antropologia física realizada com soldados de várias regiões do Brasil que viviam em quartéis no Rio de Janeiro. Nacionalista já em sua concepção, foi um estudo planejado como contribuição do Museu Nacional para os eventos de comemoração do centenário da proclamação da Independência do país, em 1922. A pesquisa propunha-se a avaliar se as características antropológicas dos mestiços brasileiros mostravam sinais de “decadência” anatômica ou fisiológica. Analisando características corporais, fisiológicas e psicológicas/mentais de “rapazes de todos os Estados, filhos e netos de brasileiros, de 20 a 22 anos, todos sadios e sujeitos às mesmas condições de vida”, Roquette-Pinto concluiu que a população brasileira, incluindo os mestiços, não apresentava estígmata de degeneração.

Para Roquette-Pinto, a solução para os problemas do Brasil residia em criar condições para que os “tipos brasileiros” pudessem demonstrar toda sua potencialidade. “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil” é, portanto, uma tentativa de demonstrar que o povo (mestiço) brasileiro tinha condições, por si, de povoar e explorar as riquezas de seu país, não lhe faltando um adequado substrato biológico, mas sim, organização nacional. Em uma de suas máximas, Roquette-Pinto afirmou: “a antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído”. Ou seja, se Lacerda via no branqueamento a via através da qual os mestiços iriam desaparecer, para Roquette-Pinto a questão era de

permanência, e não de substituição.

Aproximadamente na mesma época em que Roquette-Pinto coletava os dados que resultaram em “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil”, investigações abordando temática semelhante estavam sendo realizadas na Europa e nos Estados Unidos. Como no estudo brasileiro, o objetivo era averiguar a viabilidade biológica e intelectual dos mestiços. No início do século XX eram intensos os debates sobre se “raças” humanas diferiam do ponto de vista hereditário, tanto mental como fisicamente. Discutia-se também intensamente se cruzamentos entre indivíduos de “raças” muito distantes seriam biologicamente danosos.

Para melhor compreender os trabalhos antropológicos de Roquette-Pinto sobre a viabilidade do mestiço, é fundamental levar em consideração o clima político do início do século XX. Os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e principalmente os que a ela se seguiram, testemunharam a emergência de um forte movimento nacionalista no Brasil. O conflito bélico na Europa foi uma lembrança de que o nacionalismo não era algo obsoleto e de que a força de um país estaria associada a sua capacidade de mobilizar recursos: seu povo, sua terra e sua indústria. Quais eram as potencialidades do Brasil de vir a se tornar uma nação importante no cenário mundial? Esse debate quanto à identidade nacional brasileira era permeado pela questão racial. Havia intelectuais que se opunham ao determinismo racial e climático, localizando em deter-

minantes sócio-ambientais os principais entraves ao projeto de redenção do povo brasileiro (Lima & Hochman 1996). Roquette-Pinto foi um intelectual com considerável envolvimento com o projeto de redenção nacional em curso nas primeiras décadas do século XX, e suas interpretações acerca da antropologia do povo brasileiro estiveram a ele vinculadas. A leitura de seus trabalhos demonstra intensa preocupação com saúde e educação; estariam no plano ambiental/social, e não no biológico/racial, as razões para se compreender a suposta inferioridade dos “tipos nacionais”.¹¹

UM TERCEIRO CENÁRIO

Daremos agora um grande salto temporal, vindo para o início dos anos 2000.¹² Nosso foco será nas pesquisas conduzidas pelo geneticista Sérgio Pena, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Mas antes precisamos apresentar um breve contexto das profundas transformações teóricas e metodológicas que aconteceram em torno de conceitos como “raça” e diversidade biológica humana a partir da década de 1950.¹³

Ao longo do século XX aconteceu uma revolução na compreensão sobre a diversidade biológica da espécie humana. Se no início dos anos 1900 apostava-se no valor heurístico de “raça”, ao fim do século o conceito encontrava-se largamente esvaziado em sua acepção biológica. As críticas quanto à aplicação do conceito de “raça” à espécie humana, que já se faziam presentes nas

primeiras décadas do século XX, como através dos trabalhos de antropólogos como Franz Boas, se acumularam a partir das décadas de 1960 e 70 com a rápida expansão das pesquisas em genética de populações. Essas pesquisas, de modo crescente, apoiam-se na análise de grupos sanguíneos, enzimas e outros marcadores biológicos, distanciando-se dos enfoques baseados na morfologia. Um trabalho clássico desse momento foi publicado pelo geneticista norte-americano Richard Lewontin (1972). Baseado na análise de grupos sanguíneos e outros marcadores em populações de diversas partes do mundo, ele mostrou que aproximadamente 90% da variação biológica é encontrada dentro (intra) dos chamados “grupos raciais”, e não entre eles, como pressupunham as explicações clássicas para a diversidade biológica humana baseadas em abordagens tipológico-raciais. Em outras palavras, as diversas populações humanas, do ponto de vista biológico, são muito menos diferentes do que se imaginava sob a ótica da raciologia, contendo em si porcentagem significativa da diversidade biológica da espécie humana como um todo. Parte da explicação reside no fato de que *Homo sapiens* é uma espécie muito jovem (no sentido evolutivo), de não mais do que 150-200 mil anos.

No último quartel do século XX, a genética produziu uma importante revolução em nossos entendimentos acerca de raça e da diversidade biológica humana. Ela nos informa que os nossos sentidos, a olho nu, não percebem a complexidade da variabilidade biológica dos

seres humanos. Estão constantemente a nos “pregar peças”: ao tomarmos contato com os marcadores externos dessa diversidade (cor da pele, formato do nariz etc.), percebemos como diferente algo que é bem próximo. A genética tem contribuído para mostrar que as manifestações fenotípicas que indicam tais diferenças correspondem a somente uma ínfima porção de um genoma de aproximadamente 25-30 mil genes. Diferentemente do que ocorre com outras espécies de mamíferos que apresentam grandes distribuições geográficas, nossa espécie apresenta pouca variação biológica entre as populações.

Foi nesse cenário de reformulação teórica e metodológica do entendimento da diversidade biológica humana na segunda metade do século XX que emergiu a genética de populações humanas no Brasil.

Em um influente trabalho da década de 1960, os geneticistas Francisco Salzano e Newton Freire-Maia salientaram que as populações brasileiras apresentam “uma oportunidade ímpar para o estudo de problemas dos mais fascinantes e complexos” (Salzano & Freire-Maia 1967:1). Seus estudos apontaram que “as populações brasileiras caracterizam-se, em geral, por apresentarem grande heterogeneidade genética (...) A heterogeneidade deriva da contribuição que lhe deram os seus grupos raciais formadores (...) São, por isso, nossas populações um ótimo material para uma série de estudos sobre comparações intra e interétnicas, bem como sobre os efeitos da mestiçagem”(Salzano & Freyre-Maia

1967:157). Desde o início dos anos 1960 tem sido realizadas inúmeras pesquisas voltadas para a compreensão de como ocorreu, do ponto de vista genético, a constituição da população brasileira. Inicialmente esses estudos utilizavam os chamados “marcadores genéticos clássicos”, como, por exemplo, o sistema de grupos sanguíneo Rh, Diego e proteínas séricas Gm (gama-globulinas). A partir da década de 1990, e, sobretudo, ao longo da última década, a ênfase metodológica passou a ser nas análises de DNA.

A genética de populações humanas é uma área do conhecimento que conta com importantes grupos de pesquisa no Brasil, em instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Pará, entre outras. Dentre as muitas e significativas pesquisas sobre a diversidade biológica da população brasileira realizadas nos últimos anos no país, estão aquelas coordenadas por Sérgio Pena. Pode-se dizer que os estudos de Pena fazem parte do capítulo mais recente de uma vertente de investigação proeminente na genética de populações humanas que floresceu no Brasil na segunda metade do século XX. Para fins da linha de argumento que estamos aqui desenvolvendo, os trabalhos do grupo de Pena, que visam produzir um “retrato molecular do Brasil”, utilizando seus próprios termos (Pena et al. 2000), são particularmente instigantes para se pensar como a genética está, contem-

poraneamente, ajudando a produzir a “identidade nacional brasileira”.

Tal como os outros autores que abordamos anteriormente, muito da ênfase dos estudos genéticos atuais está na questão do “Brasil mestiço”. Através do seqüenciamento de porções do DNA mitocondrial e do cromossomo Y, os geneticistas tem buscado apresentar um panorama comparativo da distribuição geográfica e dos padrões de ancestralidade das matrilineagens e patrilineagens da população brasileira. Ecoando a extensa literatura em genética de populações no Brasil (incluindo uma continuidade discursiva que coloca a composição da população brasileira como “ímpar e fascinante” em virtude do alto grau de miscigenação), o intuito tem sido destrinchar, do ponto de vista biológico, a história de formação do povo brasileiro, enfatizando a realidade sócio-demográfica do país no tocante à mestiçagem.

Um primeiro artigo da série *Retrato Molecular do Brasil* foi publicado em 2000 por Pena e colaboradores na *Ciência Hoje*, revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Na investigação sobre polimorfismos de DNA do cromossomo Y, que envolveu aproximadamente 250 homens auto-classificados como brancos de diversas regiões do país, a vasta maioria de marcadores identificados foi de origem européia, com uma muito baixa frequência de marcadores oriundos da parte sub-Saara da África e uma ausência de contribuição ameríndia. Já os resultados das análises do DNA mitocondrial, baseadas na mesma amostra,

apontaram um quadro mais complexo, com 33% de contribuição ameríndia e 28% de contribuição africana, ou seja, uma surpreendentemente elevada contribuição matrilinear de origem ameríndia e africana nos homens brancos brasileiros estudados. Segundo os autores de *Retrato Molecular do Brasil*, o padrão de reprodução diferencial (com patrilineagens averiguadas através do cromossomo Y predominantemente de origem européia e matrilineagens averiguadas através do DNA mitocondrial, sobretudo, africanas e ameríndias) detectado pelas análises genômicas faz amplo sentido à luz da história de colonização do território brasileiro a partir de século XVI: “os primeiros imigrantes portugueses não trouxeram suas mulheres, e registros históricos indicam que iniciaram rapidamente um processo de miscigenação com mulheres indígenas. Com a vinda dos escravos, a partir da segunda metade do século XVI, a miscigenação estendeu-se às africanas” (Pena et al. 2000:25). Em termos de resultados, o que emerge das pesquisas genéticas é a corroboração quanto à natureza mestiça da amostra de (autoclassificados) brancos brasileiros, já que a maioria (aproximadamente 60%) das matrilineagens é de origem ameríndia ou africana.

Eu arriscaria afirmar que os trabalhos de Sérgio Pena tem uma marca particular, um certo fio condutor que, usando de uma certa liberdade descritiva, busca demonstrar que “as aparências enganam”. Especificamente, muitos de seus trabalhos reiteram o argumento de que há uma dissociação entre a aparência

física das pessoas (ou seja, sua cor ou raça) e sua ancestralidade genética. No estudo acima referido, o argumento é que, em seus conjuntos, homens auto-classificados “brancos” no Brasil apresentam maior proporção de ancestralidade materna de origem ameríndia e africana que europeia (ou seja, brancos não tão “brancos”, no sentido de ancestralidade europeia). Outros estudos do geneticista mineiro caminharam na mesma direção. Assim, em 2003, foi publicado outro trabalho, intitulado “*Color and genomic ancestry in Brazilians*” (Parra et al. 2003). Neste estudo, um conjunto de aproximadamente 170 pessoas de uma comunidade do interior de Minas Gerais foi estudado. Possivelmente o principal achado deste estudo foi que não há correspondência entre classificação morfológica e biológica na amostra de Queixadinha, notando-se grande sobreposição e dificuldade de distinção das características genômicas daqueles morfologicamente classificados como “brancos”, “intermediários” e “pretos”. Em contraste, a comparação das características genéticas dos três outros grupos (africanos de São Tomé, populações indígenas amazônicas e portugueses) apontou para diferenças acentuadas. Concluíram os autores: “Nossos resultados sugerem que no Brasil, no nível individual, cor, determinada por avaliação física, é um preditor pobre da ancestralidade genômica africana, estimada por marcadores moleculares” (Parra et al. 2003:177).

Os próprios geneticistas têm estabelecido pontes entre os resultados gené-

ticos e suas interfaces com aspectos da identidade nacional brasileira, incluindo questões no plano do combate ao racismo no Brasil. Neste sentido, já em um de seus primeiros trabalhos, afirmaram: “O Brasil certamente não é uma ‘democracia racial’(...) Pode ser ingênuo de nossa parte, mas gostaríamos de acreditar que se os muitos brancos brasileiros que têm DNA mitocondrial ameríndio e africano se conscientizassem disso valorizariam mais a exuberante diversidade genética do nosso povo e, quem sabe, construiriam no século XXI uma sociedade mais justa e harmônica” (Pena et al. 2000:25). Diversas publicações seguintes abordaram as implicações sociais e políticas que poderiam advir dos resultados das pesquisas genéticas, em particular nas áreas da educação e da saúde. A simples leitura dos títulos de alguns desses trabalhos dá uma dimensão da escala de interlocução almejada por Pena com questões sociais e políticas no Brasil contemporâneo: “Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira”, “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?” e “A inexistência biológica *versus* a existência social de raças humanas: Pode a ciência instruir o *etos* social?”.¹⁵

CONTINUIDADES RADICALMENTE DIFERENTES

Em um capítulo intitulado “Racial nations”, Nancy Appelbaum, Anne Macpherson e Karin Roseblatt (2003) apresentam uma periodização sobre o que denominam de “discursos das elites” sobre raça na América

Latina a partir do século XIX. Como reconhecem as autoras, toda periodização é esquemática e generalista, considerando a amplitude dos intervalos temporais e a complexidade dos muitos países que constituem a América Latina. Não obstante, considero-a útil para colocar em perspectiva os três cenários acima delineados.¹⁶

A primeira etapa da periodização diz respeito ao final do século XIX e ao início do XX. Esse foi um momento quando muitos países latino-americanos, incluindo o Brasil, eram jovens repúblicas, vários deles recém egressos de regimes que se apoiavam na escravidão. As economias eram dominadas por atividades agrícolas e um dos desafios era substituir a mão de obra escrava. Em geral, os intelectuais concebiam suas respectivas nações como racialmente heterogêneas, com distinções raciais que eram interpretadas como também produtoras de hierarquias. Nesse cenário, o branqueamento era entendido como um antídoto. Para tanto, o estímulo à imigração europeia era vista como a saída possível, não somente para fins de mão de obra, como também para estimular o que era imaginado como a possibilidade de progresso sócio-cultural e econômico através da europeização.

O segundo período corresponde às décadas de 1910 e 1920. Foi um momento de emergência de projetos nacionalistas em vários países latino-americanos, em geral em contraposição à perspectivas europeias e norte-americanas condenatórias da mestiçagem. Ganham crescente es-

paço discursos que enfatizam similaridade e harmonia nacionais. Intelectuais passaram a produzir narrativas que invertiam as premissas de inferioridade dos mestiços. As idéias de hierarquia racial comuns em décadas anteriores deixaram de ser hegemônicas, surgindo perspectivas que positivavam a mistura racial.

Por fim, Appelbaum et al. (2003) fazem referência a um terceiro momento, que corresponde àquele posterior à Segunda Guerra Mundial. Entre outros aspectos, as autoras comentam sobre a emergência e consolidação das críticas quanto às perspectivas raciais de cunho determinista e o deslocamento desde raça para etnia e etnicidade que ocorreu no âmbito das ciências sociais, além da emergência de movimentos sociais com recorte étnico/racial.

A esquematização acima sinaliza que, de diferentes formas, a questão racial tem sido recorrente e importante na história dos países latino-americanos. Ainda mais relevante para os argumentos aqui desenvolvidos, os três cenários delineados para o Brasil na seção anterior encontram ampla ressonância na periodização proposta por Appelbaum e colaboradoras. No primeiro cenário, que coincide com Lacerda, em um período pós-abolição da escravidão, o Brasil era visto por suas elites intelectuais como racialmente heterogêneo e naturalmente hierarquizado. O “branqueamento”, através de migrantes europeus, era vislumbrado como solução para enfrentar uma composição racial tida como negativa. Já o segundo período, que temporalmente se so-

brepõe com Roquette-Pinto, pautava-se em um projeto nacionalista, crítico de perspectivas norte-americanas e europeias que condenavam a mestiçagem. Nesse cenário, a proposta não era de substituição, mas de criar condições, sobretudo nas áreas da saúde e da educação, para que a população mestiça, que não era vista como inerentemente “degenerada”, pudesse mostrar suas habilidades. No pós Segunda Guerra Mundial, que equivale ao terceiro período, “raça” é secundarizada como categoria de descrição da diversidade biológica humana. Os muitos estudos em genética de população no Brasil não somente tem reiterado o elevado grau de mestiçagem (do ponto de vista biológico) como também, mais recentemente, tem apontado para as tênues relações entre aparência física e perfil genômico no país.

Como vimos ao longo desta apresentação, desde o final do século XIX, a questão da mestiçagem da população brasileira tem sido um tema central para a antropologia física/biológica e, mais recentemente, para a genética de populações. Foi uma questão proeminente para médicos e antropólogos físicos do final do século XIX e no início do XX, e continua sendo matéria prima no trabalho de geneticistas no início do XXI. O tema é, na superfície, o mesmo, mas há radicais diferenças teóricas e metodológicas envolvidas, assim como do ponto de vista ideológico. Não obstante as muitas diferenças parece haver um fio em comum: através dos estudos em antropologia física e genética sobre a constituição

biológica da população brasileira, seja há 150 anos ou nos dias atuais, o que tem estado em pauta é uma reflexão, com foco na mestiçagem, sobre o passado, o presente e o futuro do país do ponto de vista social e político.

As primeiras páginas deste texto foram escritas em tom autobiográfico, em primeira pessoa, para a qual retorno nesses derradeiros parágrafos. No meu caso, o contato com questões relacionadas à história da antropologia física/biológica no Brasil tem sido fundamental para me fazer enxergar com mais clareza as complexas relações entre produção de conhecimentos e suas implicações para a sociedade como um todo. A possibilidade de cotejar o presente com o passado tem me ajudado a aguçar a sensibilidade para as profundas implicações sociais e políticas envolvidas nos debates sobre diversidade biológica da população brasileira no presente, quando somos nós os participantes da geração de pesquisadores que está produzindo os conhecimentos sobre este tema no presente (ver, entre outros, Maio & Santos 1996, 2010; Santos 2006).

Em uma manhã de abril estava, no Rio de Janeiro, relendo este texto para uma revisão final, depois de algum tempo distanciado dele, como costume fazer com meus escritos. De repente me veio à mente o livro “A Falsa Medida do Homem”, de Stephen Jay Gould, que está entre os meus favoritos e cuja leitura altamente recomendo. A partir de uma abordagem em história da ciência, Gould traz importantes reflexões sobre temas contemporâneos de interes-

se para a antropologia biológica. Lá fui eu procurá-lo em minha caótica biblioteca. Folhiei a introdução e meus olhos foram capturados por uma passagem em especial: “A ciência, uma vez que deve ser executada por seres humanos, é uma atividade de cunho social (...) Os fatos não são fragmentos de informação puros e imaculados; a cultura também influencia o que vemos e o modo como vemos” (Gould 1996:5-6).

Espero que o novo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA, com sua perspectiva de integrar as diferentes áreas da antropologia, possa formar antropólogos que tenham uma perspectiva ampla e questionadora acerca do que é o fazer científico. Além disso, que se concretize a proposta do programa de formar quadros, independente da área de especialização (antropologia social, arqueologia, lingüística ou antropologia biológica), com uma visão ampliada de antropologia. Sobre tudo, torço para que não sejam mentes “puras e imaculadas”, mas sim intelectualmente “mestiças”, que estejam preparadas para lidar em suas reflexões com as muitas facetas envolvidas na complexidade que é o estudo da experiência humana.

NOTAS

¹ O título original da aula foi “Antropologia biológica: sobre a premência de diálogo com os demais campos da antropologia”. Ao preparar essa versão escrita para publicação, acabei fazendo alguns ajustes no título após reler um texto de Stephen Jay Gould (1996), como indico mais adiante.

² Em 2006 fiz um novo concurso, dessa vez para pesquisador na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Desde então, sou professor em tempo parcial (20 horas) no Departamento de Antropologia do Museu Nacional.

³ Questões ligadas aos efeitos do contato e da interação com a sociedade nacional sobre os povos indígenas de uma perspectiva bioantropológica e epidemiológica têm sido centrais na minha carreira acadêmica. A partir de 1990, em cooperação com outros pesquisadores, participei de um detalhado estudo sobre os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso (ver Coimbra Jr. et al. 2002).

⁴ Antropologia biológica é como passou a ser chamada a antropologia física a partir da década de 1950, quando a chamada Síntese Neo-Darwiniana passou a influenciar teoricamente a disciplina (ver Santos 1996).

⁵ Recentemente publiquei um artigo em colaboração com Verlan Valle Gaspar Neto que, de certo modo, é um diálogo entre antropologia biológica e arqueologia (Gaspar Neto & Santos 2009).

⁶ Em Lindee & Santos (2012) apresentamos uma revisão geral desses estudos. No caso específico das pesquisas realizadas no Brasil, consultar também referências em Santos (1996) e Maio & Santos (2010).

⁷ Para uma discussão detalhada sobre o conceito de “*nation building*” e a trajetória da antropologia no Brasil, ver Peirano (1991). O conceito relaciona-se aos processos de construção e/ou estruturação de uma identidade nacional a partir de múltiplas perspectivas, incluindo as práticas científicas. Há diversos importantes trabalhos sobre antropologia e construção da identidade nacional brasileira, como Schwarcz (1993) e Skidmore (1976), entre outros.

⁸ Essa parte traz argumentos desenvolvidos

em maior profundidade em Santos (2010). Sugere-se consultar esse capítulo para informações específicas sobre fontes bibliográficas referentes aos trabalhos de Lacerda.

⁹ Tal como no caso da discussão anterior, essa parte traz argumentos desenvolvidos em maior profundidade em Santos (2010). Sugere-se consultar esse capítulo para informações específicas sobre fontes bibliográficas referentes aos trabalhos de Roquette-Pinto (ver também Lima & Sá 2008).

¹⁰ O livro de Roquette-Pinto foi recentemente reeditado (ver Roquette-Pinto 2005).

¹¹ Há diversos trabalhos recentes que apontam as influências de Roquette-Pinto sobre a interpretação de Brasil de autores como, por exemplo, Gilberto Freyre, incluindo sua obra "Casa Grande & Senzala", de 1933. Sobre esse ponto, consultar Santos (2010).

¹² Comparado a outros períodos, são ainda poucas as análises sobre a história da antropologia física/ biológica no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 (ver Maio & Santos 2010).

¹³ Essa parte traz argumentos desenvolvidos em diversos capítulos de Maio & Santos (2010). Sugere-se consultar esses capítulos para informações específicas sobre fontes bibliográficas.

¹⁴ Para fins dos argumentos que pretendo desenvolver aqui, me aterei a uns poucos trabalhos produzidos por Pena e sua equipe. Especificamente, dois publicados no *American Journal of Human Genetics* (Alves-Silva et al. 2000; Carvalho-Silva et al. 2001) e um terceiro que saiu no *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* (Parra et al. 2003). Ao longo da década de 2000, inúmeros outros trabalhos foram publicados, alguns dos quais ampliando e complexificando as análises desses primeiros trabalhos. Sugiro consultar a bibliografia de estudos mais recentes (ver, por exemplo, Pena et al. 2010) para uma visão geral das pesquisas

desenvolvidas ao longo da década.

¹⁵ Não é meu objetivo aqui abordar em profundidade o tema, mas tem acontecido acirrados debates no Brasil, incluindo posicionamentos de militantes de movimentos sociais e de acadêmicos, acerca da legitimidade das explicações de caráter genético no que diz respeito às dinâmicas sociais e políticas no Brasil, em particular a questão das ações afirmativas de recorte racial. Esses debates são abordados em diversos capítulos de Maio & Santos (2010). Ver também Fry et al. (2007), Grin (2010), Steil (2006) e Santos et al. (2009), entre outros.

¹⁶ A esquematização original de Appelbaum et al. (2003) inclui quatro períodos. Para os interessados, sugiro consultar diretamente o capítulo das autoras para um maior detalhamento dos argumentos que justificam a periodização.

REFERÊNCIAS

- Alves-Silva, J., M.S. Santos, P.E.M. Guimarães, A.C.S. Ferreira, H.J. Bandelt, S.D.J. Pena, & V.F. Prado. 2000. The ancestry of Brazilian mtDNA lineages. *American Journal of Human Genetics*, 67: 444-461.
- Appelbaum, N.P., A.S. Macpherson, & K.A. Roseblatt. 2003. Racial nations, in *Race and nation in modern Latin America*. Organizado por N.P. Appelbaum, A.S. Macpherson & K.A. Roseblatt, pp. 1-31. Chapel Hill: University of Carolina Press.
- Carvalho-Silva, D.R., F.R. Santos, J. Rocha, & S.D.J. Pena. 2001. The phylogeography of Brazilian Y-chromosome lineages. *American Journal of Human Genetics*, 68: 281-286.
- Coimbra Jr., C.E.A., N.M. Flowers, F.M. Salzano, & R.V. Santos. 2002. *The Xavante in transition: Health, ecology and bioanthropology in Central Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Fry, P., Y. Maggie, M.C. Maio, S. Monteiro, & R.V. Santos (orgs.). 2007. *Divisões perigosas*

sas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gaspar Neto, V.V. & R.V. Santos. 2009. A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre "Luzia", um crânio pré-histórico do Brasil. *Mana*, 15: 449-480.

Gould, S.J. 1996. *The mismeasure of man*. New York: W.W. Norton & Company.

Grin, M. 2010. "Raça": *Debate público no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/ FAPERJ.

Kakaliouras, A. 2008. Leaving few bones unturned: Recent work on repatriation by osteologists. *American Anthropologist* 110: 44-52.

Lewontin, R.C. 1972. The apportionment of human diversity. *Evolutionary Biology*, 6: 381-398.

Lima, N.T. & G. Hochman, 1996. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República, in *Raça, ciência e sociedade*. Organizado por M.C. Maio & R.V. Santos, pp: 23-40. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ CCBB.

Lima, N.T. & D.M. Sá. (orgs.) 2008. *Antropologia brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e Editora FIOCRUZ.

Lindee, M.S. & R.V. Santos. 2012. The biological anthropology of living human populations: World histories, national styles and international networks. *Current Anthropology* (em publicação).

Maio, M.C. & R.V. Santos (orgs.). 1996. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/CCBB.

Maio, M.C. & R.V. Santos (orgs.). 2010. *Raça como questão: História, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Parra, F.C., R.C. Amado, J.R. Lambertucci, J. Rocha, C.M. Antunes & S.D.J. Pena. 2003. Color and genomic ancestry in Brazilians. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the*

United States of America, 100: 177-182.

Pena, S.D.J., D. Carvalho-Silva, J. Alves-Silva, V.F. Prado & F.R. Santos. 2000. Retrato molecular do Brasil. *Ciência Hoje* 27(159):16-25.

Pena, S.D.J., G. Di Pietro, M. Fuchshuber-Moraes, J.P. Genro, M.H. Hutz, F.S.G. Kehdy, F. Kohlrausch, L.A.V. Magno, R.C. Montenegro, M.E.A. Moraes, M.R. Moraes, E.B. Ojopi, J.A. Perini, C. Raciopi, A.K.C. Ribeiro-dos-Santos, F. Rios-Santos, M.A. Romano-Silva, V.A. Sortica, & G. Suarez-Kurtz. 2011. The genomic ancestry of individuals from different geographical regions of Brazil is more uniform than expected. *Plos One* 6: e17063.

Peirano, M. 1991. The anthropology of anthropology: The Brazilian case. *Série Antropologia* (Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília), no. 110.

Roquette-Pinto, E. 2005. *Rondonia (antropologia – etnographia)*. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ & Academia Brasileira de Letras.

Rose, J.C., T.J. Green, & V.D. Green. 1996. NAGPRA is forever: Osteology and the Repatriation of Skeletons. *Annual Review of Anthropology* 25:81-103.

Salzano, F.M. & N. Freire-Maia, 1967. *Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*. São Paulo: Editora Nacional/ EDUSP.

Santos, R.V. 1996. Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX, in *Raça, ciência e sociedade*, Organizado por M.C. Maio & R.V. Santos, pp: 125-140. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ CCBB.

Santos, R.V. 2002. Indigenous peoples, postcolonial contexts and genomic research in the late 20th century: A view

- from Amazonia (1960-2000). *Critique of Anthropology* 22:81-104.
- Santos, R.V. 2006. Indigenous peoples, bioanthropological research, and ethics in Brazil: issues in participation and consent, in *The nature of difference: Science, society and human biology*. Organizado por G. Ellison & A.H. Goodman, pp. 181-202. London: Taylor & Francis.
- Santos, R.V. 2010. mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930), in *Raça como questão: História, ciência e identidades no Brasil*. Organizado por M.C. Maio & R.V. Santos, pp: 83-108. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Santos, R.V. & C.E.A. Coimbra Jr. 1998. On the (un)natural history of the Tupí-Mondé Indians: bioanthropology and change in the Brazilian Amazon, in *Building a new biocultural synthesis: Political-economic perspectives on human biology*. Organizado por A.H. Goodman & T.L. Leatherman, pp. 269-294. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Santos, R.V. & Mello e M.C.S. Silva, 2006. *Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Série Livros - Museu Nacional/ UFRJ.
- Santos, R.V., P.H. Fry, S. Monteiro, M.C. Maio, J.C. Rodrigues, J. Bastos-Rodrigues, & S.D.J. Pena. 2009. Color, race, and genomic ancestry in Brazil: Dialogues between anthropology and genetics. *Current Anthropology* 50:787-819.
- Schwarcz, L. M. 1993. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Seyferth, G. 1985. A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista* 30: 81-98.
- Skidmore, T.E. 1976. *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. New York: Oxford University Press.
- Steil, C. A. (org). 2006. *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Recebido em 25/04/2011.

Aprovado em 19/06/2011.